

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.558 - SP (2019/0356838-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO PAULO BONATELLI - SP316788
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO DA SILVA MOTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO DA SILVA MOTA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - HC n. 2230859-20.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a manutenção da custódia cautelar imposta ao paciente, porquanto não apontados elementos concretos para lhe negar o direito de recorrer em liberdade, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada, previstas no art. 312 do CPP.

Destaca, ainda, que o regime prisional mais severo teria sido estabelecido com base na gravidade abstrata da conduta e sem observância aos enunciados das Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Aduz, por fim, ser devida a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, além de ser alterado o modo prisional e a substituição da pena corpórea pela restritiva de direitos.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 94-95):

[...]

Quanto ao pleito de responder em liberdade ao apelo interposto, consoante a r. sentença verifica-se que o douto Magistrado de primeiro grau não permitiu ao réu, ora paciente, tal possibilidade, tendo em vista que

Superior Tribunal de Justiça

acompanhou preso o trâmite do processo e que permaneciam presentes os requisitos da prisão preventiva.

Ora, se a prisão do paciente foi mantida durante a instrução criminal, naturalmente por estarem presentes os requisitos que justificam a medida cautelar, agora, após sua Quanto ao pleito de responder em liberdade ao apelo interposto, consoante a r. sentença verifica-se que o douto Magistrado de primeiro grau não permitiu ao réu, ora paciente, tal possibilidade, tendo em vista que acompanhou preso o trâmite do processo e que permaneciam presentes os requisitos da prisão preventiva.

Ora, se a prisão do paciente foi mantida durante a instrução criminal, naturalmente por estarem presentes os requisitos que justificam a medida cautelar, agora, após sua condenação, tais requisitos, à toda evidência, subsistem de forma ainda mais nítida, justificando-se, pois, o indeferimento da pretensão ao apelo em liberdade.

[...]

E não seria demais lembrar que a Súmula nº 09, da mesma Corte Superior, dispõe que: “A exigência da prisão provisória para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.”.

Não há, assim, qualquer constrangimento ilegal a ser sanado.

Dessarte, conhece-se, em parte, do writ, que, na parte conhecida, resta denegado.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

